



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10283.010074/2001-78  
Recurso nº : 127.309  
Acórdão nº : 203-10.523

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De 7/8/06
VISTO

2º CC-MF  
FL

Recorrente : ALEMÃ INDUSTRIAL LTDA.  
Recorrida : DRJ em Belém - PA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. VALOR A REPETIR. NECESSIDADE DE APURAÇÃO. CRÉDITO RECONHECIDO NA VIA JUDICIAL. NECESSIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.** O reconhecimento do direito à compensação deve ser seguido da regular apuração do *quantum* a repetir, sem a qual os débitos não podem ser compensados. Na situação em que os créditos são reconhecidos na via judicial, é imprescindível a formalização de processo administrativo, independentemente de a compensação se dar com tributos da mesma espécie ou não.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**ALEMÃ INDUSTRIAL LTDA.**

**ACORDAM** os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2005.

*Antônio Bezerra Neto*  
Antônio Bezerra Neto  
Presidente

*Emanuel Carlos Dantas de Assis*  
Emanuel Carlos Dantas de Assis  
Relator

MIN DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE CCM O ORIGINAL
BRASÍLIA 27/10/05
EC
VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Leonardo de Andrade Couto, Maria Teresa Martínez López, Cesar Piantavigna, José Adão Vitorino de Moraes (Suplente), Valdemar Ludvig e Antonio Ricardo Accioly Campos (Suplente).

Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Sílvia de Brito Oliveira e Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva.

Eaal/inp



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10283.010074/2001-78  
Recurso nº : 127.309  
Acórdão nº : 203-10.523

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 27/12/2005
<i>AMC</i>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : ALEMÃ INDUSTRIAL LTDA.

## RELATÓRIO

Trata-se do Auto de Infração eletrônico de fls. 31/39, relativo à Contribuição para o PIS Faturamento da filial 04 da empresa, períodos de apuração 01/97, 02/97 e 03/97, no valor total de R\$ 1.745,03, incluindo juros de mora e multa de ofício de 75%.

O crédito tributário foi apurado em auditoria interna da DCTF, na qual foi detectada a não-confirmação de crédito do contribuinte, vinculado sob a modalidade "Compensação c/ Darf c/ Proc. Jud.", tendo por respaldo a Ação Judicial nº 96.0004788-0 (ver fl. 35).

Na impugnação a autuada alega que efetuou a compensação autorizada pela decisão judicial da Segunda Vara Federal de Manaus. Também informa que o crédito a que faz jus é oriundo de recolhimentos a maior a título de PIS, efetuados com base nos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449/88.

Acostou aos autos os documentos de fls 6/30, dentre os quais os seguintes: cópia de excertos da inicial respeitante ao Processo Judicial de nº 96.0004788-0/AM, na qual postulara o reconhecimento do direito creditório referente ao PIS recolhido segundo a sistemática dos Decretos-Lei nºs 2.445 e 2.449/88; demonstrativo de cálculo do alegado indébito, distribuído por matriz e filiais 02, 04, 05, 07 e 08; cópia da sentença de primeiro grau prolatada no citado processo; ementa do Acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que negou provimento às Apelações Cíveis da autora e da Procuradoria da Fazenda Nacional, referendando o prazo prescricional de cinco anos, tendo como termo *a quo* o recolhimento indevido (arts. 165, I, c/c art. 168, I, do CTN); despacho que inadmitiu o Recurso Especial interposto pela recorrente.

Ao final da impugnação requer a realização de prova pericial e postula o cancelamento do Auto de Infração.

A DRJ, nos termos do Acórdão de fls. 47/52, declarou a exigência definitiva e, reportando-se ao Ato Declaratório Normativo Cosit nº 3/96 e ao art. 26 da Portaria MF nº 258, de 24.08.2001, não conheceu da impugnação face à identidade com a Ação Ordinária nº 96.0004788-0/AM.

O Recurso Voluntário de fls. 53/58, tempestivo (fls. 47, verso, e 53), insiste na improcedência do lançamento, face ao trânsito em julgado da referida Ação Ordinária.

As fls. 60/66 dão conta do arrolamento de bens necessário.

É o relatório.



Processo nº : 10283.010074/2001-78  
Recurso nº : 127.309  
Acórdão nº : 203-10.523

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 27/12/05
DC
VISTO

2º CC-MF
Fl.
_____

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS**

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos previstos no Decreto nº 70.235/72, pelo que dele conheço.

De plano, cabe constatar que a recorrente não impugnou a exigência. Apenas requereu a compensação com créditos que alega possuir, relativos a indébitos do PIS recolhidos com base nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88.

Todavia, nada comprova acerca dos valores de tal compensação. No Recurso apenas alega ter compensado os valores lançados, registrando que a compensação invocada é garantida por decisão transitada em julgada na Ação Ordinária nº 96.0004788-0.

Na referida Ação judicial, impetrada em 26/09/96, a recorrente objetiva seja reconhecido o crédito tributário no valor de R\$ 18.199,24, relativo a indébito do PIS pago conforme os malsinados Decretos-Leis, o direito de recolher a Contribuição nos termos da Lei Complementar nº 7/70, bem como o de direito de compensar tal crédito com recolhimentos futuros do próprio PIS.

Nos termos da sentença de primeiro grau, a Ação foi julgada parcialmente procedente para “DECLARAR o seu direito à compensação dos valores recolhidos a maior para o PIS, no período de outubro de 1991 a julho de 1994 (docs. de fls. 59/80), com débitos vincendos do próprio PIS, (...) ressalvado o direito da Ré instaurar procedimento administrativo, com fins a verificação e lançamento dos tributos devidos, para a respectiva homologação, nos termos do Decreto nº 2.138, de 29.01.97.” Ainda conforme a referida sentença, o pedido foi julgado improcedente com relação aos créditos das filiais 07 e 08, face à não comprovação (ver fls. 22/23).

Quanto à Apelação Cível e remessa oficial, a ambos foi negado provimento pela 3ª Turma do TRF da 1ª Região (fl. 25). O Recurso Especial, por sua vez, não foi admitido (fl. 27).

Apesar do direito à compensação reconhecido em parte, a recorrente nada comprovou quanto aos valores do indébito em questão. Tampouco formalizou o processo administrativo necessário à apuração dos valores.

Na situação dos autos, de crédito reconhecido em processo judicial, além do trânsito em julgado é imprescindível o processo administrativo. Neste sentido já dispunham os arts. 12, § 7º, 14, § 6º, e 17, da Instrução Normativa SRF nº 21, de 10/03/97. Posteriormente, na IN SRF nº 210, de 30/09/2002, foi esclarecido que o requerente deverá comprovar a desistência da execução do título judicial perante o Poder Judiciário e a assunção de todas as custas do processo de execução, inclusive os honorários advocatícios, e que não poderão ser objeto de restituição ou de resarcimento os créditos relativos a títulos judiciais já executados perante o Poder Judiciário, com ou sem emissão de precatório (art. 37, § 2º e 3º).



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10283.010074/2001-78

Recurso nº : 127.309

Acórdão nº : 203-10.523

Neste ponto cabe observar que a restituição e compensação dos indébitos tributários possui rito próprio, necessário para que a Secretaria da Receita Federal possa comprovar a certeza e liquidez dos valores a repetir.

Assim, os pedidos de repetição de indébito devem inicialmente ser apresentados à Delegacia ou Inspetoria da Receita Federal do domicílio do contribuinte. Somente após análise por parte do órgão de origem, seguida de manifestação de inconformidade e de posterior Recurso Voluntário, quando for o caso, é que compete a este Conselho de Contribuintes apreciá-los, nos termos do 74 da Lei nº 9.430/96, alterado pelas Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2005.

EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS

